



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1535/2000

Que autoriza a assinatura de convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER – MG.

O Povo do Município de Passa Quatro. Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a assinar convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG, visando a melhoria das condições econômicas e sociais da população rural, com os seguintes objetivos:

I - dinamização do setor rural com o aproveitamento adequado das potencialidades do Município, de modo a buscar a auto-suficiência na produção de alimentos e geração de excedentes comercializáveis;

II - conjugação de esforços e recursos da PREFEITURA e da EMATER-MG, na busca de soluções para os problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento do setor agropecuário;

III - conservação planejada dos recursos naturais de solo, água, flora e fauna, para preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida da sociedade;

IV - capacitação dos pequenos produtores rurais, nas áreas de tecnologia agropecuária e gerencial, visando à utilização correta de máquinas, equipamentos, insumos, crédito rural e outros, de modo a conseguirem aumento de produtividade, de renda e melhoria de condições de vida;

V - implementação de políticas voltadas para o setor rural que contribuam para o desenvolvimento do Município;

VI - organização e o desenvolvimento das comunidades rurais, com a utilização do associativismo em todas as suas formas;

VII - elaboração e implementação de um Plano de Desenvolvimento rural para o Município, como mecanismo para direcionar as ações a serem desenvolvidas no curto e médio prazos.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, ficando o Executivo Municipal autorizado a transferir para a EMATER-MG 1,85 % (um vírgula oitenta e cinco por cento), sobre o valor de cada parcela recebida do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de julho de 2000.

Art. 4º Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 17 de julho de 2000.

Acácio Mendes de Andrade

Prefeito Municipal

Silvana Fernandes de O. Ribeiro

Sec. Mun. Administração